

Casas Bahia deve R\$ 17,3 bi a 28 mil credores e líderes entregam seus cargos

Em meio à crise, diretor jurídico do grupo e dois conselheiros deixaram funções ontem

BEATRIZ MINELLI
beatrizminelli@gdabc.com.br

Depois de fechar 298 lojas e dispensar 3.000 funcionários neste mês, a Casas Bahia informou que deve R\$ 17,3 bilhões a mais de 28 mil credores. O grupo divulgou no domingo que teve um prejuízo líquido de R\$ 10,1 bilhões no segundo trimestre deste ano e, em seguida, protocolou pedido de recuperação judicial. Em meio à crise, o diretor jurídico do Grupo Casas Bahia, Fábio Spina, renunciou ao cargo ontem e foi substituído pela executiva Sidney Lima.

Segundo comunicado, Spina estava no cargo desde 2024 e continuará prestando serviços como consultor. A empresa também informou a saída dos membros do Conselho de Administração Jackson Medeiros de Farias Schneider e Rogério Paulo Calderín Peres.

A primeira unidade física da rede foi aberta em São Caetano, em 1957, por Samuel Klein. No documento protocolado no Juízo de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central Cível de São Paulo, a empresa diz que a decisão foi tomada diante da "deterio-

ração das condições econômico-financeiras". Em conferência com analistas ontem, o CEO do grupo, Renato Franklin, declarou que considera que 2027 será pior que 2026. As ações da Casas Bahia encerraram o dia em queda de 33,33%, a R\$ 0,44 na Bolsa de Valores.

Das dívidas, R\$ 16,4 bilhões são com credores quirografários, ou seja, sem garantia, R\$ 754 milhões com credores trabalhistas e R\$ 154 milhões com microempresas e empresas de pequeno porte. Entre os credores, estão nomes como Banco Digio, que faz parte do Grupo Bradesco; Banco do Brasil; a seguradora Zurich; o próprio o Bradesco; o BCB-AP01, fundo de investimento usado pela companhia para estruturar operações; a Samsung, e a Electrolux.

O CEO atribuiu o cenário ao crédito mais restritivo, juros elevados e consumo pressionado. "Fizemos um trabalho importante. Reduzimos de forma relevante o endividamento financeiro, melhoramos nossa estrutura de capital, avançamos em eficiência. Mas precisamos reconhecer que essa evolução, embora



PORTAS FECHADAS. Especialistas dizem que cenário expõe falta de sustentabilidade operacional

crucial, não foi suficiente", comentou Renato Franklin.

A recuperação judicial faz parte de reorganização do passivo da empresa de forma mais ampla. De acordo com ele, as medidas operacionais da segunda fase do 'Plano de Transformação' continuarão em execução.

As ações iniciais foram o fechamento de unidades com baixo desempenho e a redução estrutural de custos e despesas. "Agora, a companhia prevê uma revisão dos canais digitais, a adequação de estoques e capital de giro, além de menores investimentos e a busca por alternativas de diminuição do custo financeiro."

Em 2023, foram 55 lojas fechadas e 8.600 funcionários,

demitidos. No ano seguinte, a Casas Bahia homologou uma recuperação extrajudicial que reestruturou R\$ 4,8 bilhões.

O advogado Fernando Canuto, sócio do Godke Advogados e especialista em direito empresarial e societário, indicou que o caso evidencia que reestruturar a dívida, por si só, não basta. "O fato da empresa retornar ao Judiciário revela que a reestruturação financeira anterior não foi suficiente para restaurar a sustentabilidade operacional".

Na avaliação de Matheus Matos, sócio da MA7 Capital, a crise reúne fragilidades estruturais, como a sucessão da família Klein e as posteriores mudanças de controle não produziram continuidade es-

tratégica suficiente para adaptar o negócio; a Selic em 14% ao ano; e o atraso do modelo diante do comércio digital. Para ele, a varejista não conseguiu acompanhar a expansão de plataformas como a Amazon e a avanços na forma de compra do brasileiro.

"A recuperação judicial pode dar fôlego, alongar dívidas e impedir uma paralisação imediata, mas não salva um modelo que perdeu competitividade. A Casas Bahia precisa usar esse tempo para modernizar a gestão, fortalecer a operação digital, recuperar margens e voltar a gerar caixa."

O Diário questionou a Prefeitura de São Caetano sobre os impactos para a cidade e aguarda retorno.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Economia Pagina: 5